



II SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: entre a teoria e a prática, articulações e resistências

3 a 5 de Julho de 2017, Salvador - BA

Eixo 1: Estado, capital e políticas públicas no campo.

PANORAMA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ (BA): um olhar sobre o município de Laje (BA)

Aline dos Santos Lima
Doutoranda GeografAR/POSGEO/UFBA
Professora do IF Baiano *Campus* Santa Inês
aline.lima@si.ifbaiano.edu.br

RESUMO:

Há concepções teóricas que tratam a contradição, a luta de classes, as disputas e a conflitualidade como discussões desconectadas espaço-temporalmente do século XXI. De fato, o novo século trouxe inovações e mudanças, mas ele não foi capaz de escamotear, tampouco destruir velhos problemas como, por exemplo, aqueles relacionados a questão agrária. O objetivo desse trabalho é justamente apresentar um panorama da questão agrária no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá com o propósito de explicitar sua relação no município de Laje. Para construção desse trabalho, realizamos a revisão bibliográfica sobre o tema interclada à análise da base de dados do Projeto GeografAR. Palavras-chave: questão agrária; Território Vale do Jiquiriçá; Laje (BA); base dados GeografAR.

A PERMANÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA

A concentração da propriedade da terra no Brasil tem origens históricas que se reproduzem com o processo de expansão do capitalismo. Por questão agrária se entende as questões relativas às relações sociais de produção, ou seja, envolve, dentre outros, como e de que forma se produz no campo. Aspectos que remetem à estrutura de propriedade da terra e às relações sociais de produção que são estabelecidas entre os distintos e antagônicos grupos sociais que coexistem no tempo-espaço (GERMANI, 2009, 2010).

Em diferentes momentos da história, a questão agrária se apresentou com características diversas, pois como sugere Fernandes (2001, p. 23), ela é o “movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das

relações capitalistas de produção”. Para Oliveira (2007, p. 6), compreender a questão agrária “sob o modo capitalista de produção sempre foi tarefa difícil e complicada”. Para o autor, sempre haverá “pressupostos que se interporão abrindo espaço para a polêmica e discussões”, pois “sempre haverá um novo texto para reavivá-la, ou mesmo, o devir da história para (re) ou propô-la”.

Essa discussão contribui para entender a lógica pela qual os diferentes sujeitos se apropriam da terra conformando uma “questão territorial” (GERMANI, 2009, p. 353). A questão territorial pode ser dimensionada numericamente ao se observar a estrutura fundiária do país entre 1920-2006, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Estabelecimentos com dimensão igual ou superior a 1000 ha no Brasil, 1920-2006:

| Ano | Estabelecimento | | Área total | | Área média |
|------|-----------------|------|-------------|-------|------------|
| | Número | % | Área (ha) | % | |
| 1920 | 26.315 | 4,0 | 110.980.624 | 63,4 | 4.217 |
| 1940 | 27.812 | 1,5 | 95.529.649 | 48,3 | 3.435 |
| 1950 | 32.628 | 1,6 | 118.102.270 | 50,9 | 3.620 |
| 1960 | 32.885 | 1,0 | 125.537.925 | 47,3 | 3.817 |
| 1970 | 36.874 | 0,7 | 116.250.000 | 39,5 | 3.152 |
| 1975 | 41.468 | 0,8 | 138.819.000 | 42,8 | 3.348 |
| 1980 | 47.841 | 0,9 | 164.557.000 | 45,1 | 3.440 |
| 1985 | 50.411 | 0,9 | 163.940.461 | 43,7 | 3.252 |
| 1995 | 49.358 | 1,0 | 159.493.949 | 45,1 | 3.231 |
| 2006 | 46.911 | 0,91 | 146.553.218 | 44,42 | 3.124 |

FONTE: IBGE. Censo Agrícola e Agropecuário 1920-2006 *apud* Germani (2010, p. 274).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Uma leitura dos dados apontam que “por 86 anos – mais de três quartos de século –, quase metade das terras do País estão concentradas nas mãos do grupo de proprietários com mais de 1.000 ha”. Os dados apresentam, ainda, que no Censo 2006 houve uma redução dos maiores estabelecimentos em relação ao de Censo 1995. Mas, mesmo assim, se verifica que 0,91% dos estabelecimentos concentram quase 45% de toda a área (GERMANI, 2010, p. 273-274).

Esses números da estrutura fundiária nacional dimensionam a apropriação privada da natureza (GERMANI, 2010) e revelam que a questão agrária “engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p. 12-13). Desse modo, a questão agrária está presente em nosso cotidiano mesmo que não sejamos do campo e pode ser encontrada em diversos territórios materiais e imateriais (FERNANDES, 2001, 2008; CAMACHO, 2013), mesmo com

concepções teóricas que tratam a contradição, a luta de classes, as disputas e a conflitualidade como discussões desconectadas espaço-temporalmente do século XXI. De fato, o novo século trouxe inovações e mudanças, mas ele não foi capaz de escamotear, tampouco destruir velhos problemas como, por exemplo, aqueles relacionados a questão agrária. O objetivo desse trabalho é justamente apresentar um panorama da questão agrária no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá enfatizando o município de Laje

O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VALE DO JIQUIRIÇÁ

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá é formado por 20 municípios¹. São eles: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (SEPLAN, 2015). Acompanhando a série histórica, verifica-se que os municípios que compõem o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá permaneceram rurais até o Censo Populacional de 1991. Essa informação é relevante, pois não podemos perder de vista que existe uma perspectiva hegemônica na geografia brasileira, sobretudo por influência da Escola Francesa de Henri Lefebvre, de pensar a urbanização como a totalização. Nesse caso, em tese, não existe mais o agrário.

O Censo Populacional de 1991, apontou que dos 274.916 habitantes do Território Vale do Jiquiriçá, 124.378 pessoas (45%) viviam na cidade e 150.538 pessoas (55%) no campo. A inversão ocorreu somente no Censo de 2000, quando os municípios do Território se urbanizaram e dos 299.592 habitantes, 162.559 passaram a viver na cidade (54%) e 137.033 permaneceram no campo (46%). No Censo de 2010, o percentual de urbanização aumentou um pouco mais, ou seja, dos 301.682 habitantes, 174.633 viviam no espaço urbano (58%) e 127.049 permaneceram no espaço rural (42%), conforme Tabela 1.

¹ O recorte dos Territórios de Identidade é uma política implementada na esfera nacional a partir de 2003 no âmbito da então Secretaria de Desenvolvimento Territorial ligada ao antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O objetivo é a implantação de políticas de desenvolvimento rural sustentável com a participação social, sendo o critério de delimitação a autoidentificação, portanto, baseados na identidade e no pertencimento dos grupos sociais. Na Bahia, estado que possui 27 unidades territoriais, esse modelo entrou em vigor somente a partir de 2007, devido às divergências político-partidárias entre o governo estadual – na época, o Partido da Frente Liberal – e o federal – Partido dos Trabalhadores (FREITAS, 2009).

Tabela 1 – População municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, 2010:

| Municípios | Total | Urbana N° | Rural N° | Urbana % | Rural % |
|----------------------|----------------|----------------|----------------|-------------|------------|
| Amargosa | 34.351 | 24.891 | 9.460 | 72,5 | 27,5 |
| Brejões | 14.282 | 4.937 | 9.345 | 34,6 | 65,4 |
| Cravolândia | 5.041 | 3.180 | 1.861 | 63 | 37 |
| Elísio Medrado | 7.947 | 3.248 | 4.699 | 41 | 59 |
| Irajuba | 7.002 | 3.273 | 3.729 | 46,7 | 53,3 |
| Itaquara | 7.678 | 4.608 | 3.070 | 60 | 40 |
| Itiruçu | 12.693 | 9.526 | 3.167 | 75 | 25 |
| Jaguaquara | 51.011 | 38.850 | 12.161 | 76,2 | 23,8 |
| Jiquiriçá | 14.118 | 5.581 | 8.537 | 40 | 60 |
| Lafaiete Coutinho | 3.901 | 2.104 | 1.797 | 54 | 46 |
| Laje | 22.201 | 6.080 | 16.121 | 27,4 | 72,6 |
| Lajedo do Tabocal | 8.305 | 5.149 | 3.156 | 62 | 38 |
| Maracás | 24.613 | 17.707 | 6.906 | 72 | 28 |
| Milagres | 10.306 | 7.789 | 2.517 | 75,6 | 24,4 |
| Mutuípe | 21.449 | 9.659 | 11.790 | 45 | 55 |
| Nova Itarana | 7.435 | 2.715 | 4.720 | 36,5 | 63,5 |
| Planaltino | 8.822 | 3.640 | 5.182 | 41,3 | 58,7 |
| Santa Inês | 10.363 | 9.514 | 849 | 92 | 8 |
| São Miguel das Matas | 10.414 | 3.360 | 7.054 | 32,3 | 67,7 |
| Ubaíra | 19.750 | 8.822 | 10.928 | 44,7 | 55,3 |
| TOTAL | 301.682 | 174.633 | 127.049 | 58 | 42 |

FONTE: IBGE. Censo Populacional 2010 *apud* e-SIC (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

A tendência de urbanização não atingiu os municípios de Brejões, Elísio Medrado, Irajuba, Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, São Miguel das Matas e Ubaíra com mais da metade da população no campo em 2010. Dentre esses municípios, destaca-se Laje, com 72,6% de sua população vivendo no campo numa conjuntura em que tem sido comum o esvaziamento desse espaço (SILVA & SILVA, 1991; KAGEYAMA, 2008).

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE LAJE (BA)

Laje alcançou a categoria de município em 1905, ao ser desmembrado de Aratuípe (IBGE, 1958). É possível verificar a quantidade de pessoas vivendo naquele município, a partir do Censo Populacional de 1920. Já a distribuição dessa população, no campo e na cidade, pode ser observada a partir do Censo de 1940 até os dias atuais, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – População do município de Laje (BA), 1920-2010:

| Período | População total | Urbana Nº | Rural Nº | Urbana % | Rural % |
|---------|-----------------|--------------|-------------|-------------|------------|
| 1920 | 14.710 | -- | -- | -- | -- |
| 1940 | 11.565 | 1.334 | 10.231 | 11,5 | 88,5 |
| 1950 | 11.646 | 1.529 | 10.117 | 13,1 | 86,9 |
| 1960 | 15.043 | 2.108 | 12.935 | 14 | 86 |
| 1970 | 14.635 | 2.200 | 12.435 | 15 | 85 |
| 1980 | 15.743 | 2.987 | 12.756 | 19 | 81 |
| 1991 | 18.319 | 3.849 | 14.470 | 21 | 79 |
| 2000 | 19.601 | 5.118 | 14.483 | 26 | 74 |
| 2010 | 22.201 | 6.080 | 16.121 | 27,4 | 72,6 |

FONTE: IBGE. Censo Populacional 1920-2010 *apud* e-SIC (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Os dados apresentam as variações da população no intervalo de cada década. Constata-se que Laje teve um crescimento da população rural total, apesar do seu decréscimo relativo. Estes números de aumento absoluto da população rural são muito diferentes de outros municípios, que mostram um decréscimo desse indicador. Nota-se que o município de Laje tem 22.201 pessoas distribuídos numa área territorial de 457,740km². Desse universo, 6.080 pessoas (27,3%) vivem na área urbana, enquanto 16.121 pessoas (72,6%) permanecem no campo (IBGE, 2013). Essa população que mora no campo lajista, convive com a estrutura fundiária altamente concentrada, o que pode ser observado a partir do Censo Agropecuário 2006, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Estrutura fundiária do município de Laje (BA), 2006:

| Grupo de área | Estabelecimento (nº) | Área (ha) | Estabelecimento (%) | Área (%) |
|-------------------------|-------------------------|---------------|------------------------|-------------|
| Produtor sem área | 25 | 0 | 0,85 | 0 |
| Até 2 ha | 1.187 | 1.205 | 40,4 | 2,97 |
| 2 a menos de 5 ha | 813 | 2.530 | 27,67 | 6,23 |
| 5 a menos de 10 ha | 388 | 2.711 | 13,21 | 6,68 |
| 10 a menos de 20 ha | 224 | 3.091 | 7,62 | 7,62 |
| 20 a menos de 50 ha | 182 | 5.635 | 6,19 | 13,89 |
| 50 a menos de 100 ha | 63 | 4.293 | 2,14 | 10,58 |
| 100 a menos de 200 ha | 25 | 3.511 | 0,85 | 8,65 |
| 200 a menos de 500 ha | 27 | 7.474 | 0,92 | 18,42 |
| 500 a menos de 1000 ha | 2 | X | 0,07 | X |
| 1000 a menos de 2500 ha | 1 | X | 0,03 | X |
| 2500 a mais | 1 | X | 0,03 | X |
| TOTAL | 2.938 | 40.571 | 100 | 100 |

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário 2006 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se que, 1.187 estabelecimentos (40,4%) estão no grupo de área com até 2 hectares e ocupam apenas 1.205 ha (2,97%) da área total. É importante informar que no

município de Laje, a fração mínima da propriedade é de 2 hectares². Os estabelecimentos com a área entre 2 a menos de 5 hectares equivalem a 813 estabelecimentos (27,67%) e ocupam 2.530 ha (6,23%) da área. Aqueles com a área entre 5 e 20 hectares correspondem a 612 estabelecimentos (20,83%) e ocupam 5.802 ha (14,3%) da área. Os estabelecimentos com a área entre 20 e 100 hectares equivalem a 245 estabelecimentos (8,33%) e ocupam 9.928 ha (24,47%) da área. Os estabelecimentos com a área entre 100 e 200 hectares são apenas 25 estabelecimentos (0,85%) e ocupam 3.511 ha (8,65%) da área. No outro extremo, 27 estabelecimentos (0,92%) com mais de 200 a menos de 500 hectares ocupam 7.474 ha (18,42%) da área total. Sem contar que existe outros 3 estabelecimentos (0,1%) com mais de 500 hectares até aquelas com uma área inferior a 2.500 hectares sobre as quais não se sabe a extensão, o mesmo se repete com 1 estabelecimento (0,03%) que tem mais de 2.500 hectares. Ressalta-se, ainda, os 25 estabelecimentos (0,85%) categorizados como produtor “sem área”³.

A concentração das terras pode ser observada, também, ao se comparar a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar. De um total de 2.938 estabelecimentos rurais, 2.688 estabelecimentos (91,5%) são da agricultura familiar e ocupam 17.147 ha (42,26%) da área total. Já as unidades patronais, correspondem a somente 250 estabelecimentos (8,5%), porém ocupam 23.423 ha (57,74%) do território do município, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Formas espaciais na agricultura em Laje (BA), 2006:

| Forma espacial | Estabelecimentos (n°) | Área (ha) | Estabelecimento (%) | Área (%) |
|--------------------------|--------------------------|--------------|------------------------|-------------|
| Agricultura familiar | 2.688 | 17.147 | 91,5 | 42,26 |
| Agricultura não familiar | 250 | 23.423 | 8,5 | 57,74 |
| TOTAL | 2.938 | 40.570 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: IBGE (2006).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Outro dado que contribui para dar uma dimensão da questão agrária é o Coeficiente de Gini, indicador que expõe a lógica contraditória do desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção. No município de Laje, essa lógica

² A fração mínima é a menor área em que um imóvel rural, num determinado município, pode ser desmembrado para venda (INCRA, 2015).

³ A categoria produtor “sem área” foi criada no Censo Agropecuário 2006 enquanto referência às produções agropecuárias desenvolvidas pelos produtores/empregados que não estão diretamente subordinadas aos produtores/proprietários dos estabelecimentos (FREITAS, 2009).

contraditória do modo de produção é reforçada na série histórica do Índice de Gini entre 1920-2006, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Índice de Gini município de Laje (BA), 1920-2006:

| Período | Índice de Gini |
|---------|----------------|
| 1920 | 0,865 |
| 1940 | 0,389 |
| 1950 | 0,562 |
| 1960 | 0,617 |
| 1970 | 0,652 |
| 1975 | 0,622 |
| 1980 | 0,655 |
| 1985 | 0,725 |
| 1996 | 0,762 |
| 2006 | 0,816 |

FONTE: Censo Agrícola e Agropecuário 1920-2006 *apud* GeografAR (2011).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Em Laje, temos, então, uma estrutura agrária concentrada tanto pela existência de grandes propriedades como pela proliferação de pequeníssimos produtores. Os índices eram sensivelmente inferiores na década de 1940 (Quadro 3) e foram aumentando sistematicamente até quase convergir com o índice de concentração fundiária a nível nacional. Tanto assim, que o Coeficiente de Gini de Laje manteve-se na classificação “média a forte” em cinco momentos (1950, 1960, 1970, 1975 e 1980) e seguida da “forte a muito forte” (1920, 1985, 1996 e 2006).

Essas estatísticas não são exclusivas do município de Laje, resultam de um processo histórico no qual se privilegiou o “capitalismo selvagem” que prioriza um “modelo econômico concentrador da riqueza e voltado para fora”, como dissera José Francisco da Silva na apresentação da obra “As lutas camponesas no Brasil”, publicada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, no começo da década de 1980, com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho que vinha sendo realizado pela entidade. Portanto, pautado numa política agrária de estímulo a concentração da propriedade e de uma política agrícola governamental de favorecimento à grande propriedade e à produção para exportação (CONTAG, 1981).

Como o município de Laje tem quase 73% da sua população vivendo no campo. Esse dado expressa uma correlação de forças na medida em que a terra foi apropriada e controlada por uma fração de classe que exerce o domínio político-econômico (MARTINS, 1983; FERNANDES, 1999), pois 40,4% dos estabelecimentos lajistas tem

menos 2 hectares. Apesar disso, não é o campo que concentra as pessoas em situação de extrema pobreza, já que 82,9% delas estão na cidade. Segundo dados do “Relatório de Programas e Ações” do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em dezembro de 2014, 24,7% da população lajista se encontrava em “situação de extrema pobreza”. Ou seja, 5.488 pessoas tinham renda *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Desse universo de pessoas em “extrema pobreza”, 940 pessoas (17,1%) eram moradores do campo e 4.548 (82,9%) da cidade (MDS, 2015).

Esse contexto, instiga a refletir quais as lavouras que garantem as estratégias de sobrevivência e de reprodução das famílias que permanecem no campo em Laje. Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), apresentam a relação das lavouras que existem no município de Laje, conforme Quadro 4. Na série histórica 1990-2012, é possível identificar os cultivos que faziam parte das lavouras permanentes, como banana, cacau, café, coco, dendê, guaraná, laranja, limão, mamão, maracujá, pimenta do reino e urucum. Também é possível identificar as lavouras temporárias e que abrangiam os cultivos de abacaxi, amendoim, batata-doce, cana, feijão, mandioca, melancia e milho (PAM-IBGE *apud* e-SIC, 2014).

Quadro 4 – Média da área plantada, da área colhida e da quantidade produzida das lavouras do município de Laje (BA) por ordem de área plantada, 1990-2012:

| Lavoura | Área plantada (ha) | Área colhida (ha) | Quantidade (toneladas) |
|------------------|--------------------|-------------------|------------------------|
| Mandioca | 4.154 | 4.153 | 51.605 |
| Cacau | 2.089 | 2.051 | 913 |
| Banana | 366 | 362 | 3.597* |
| Cana | 115 | 115 | 5.632 |
| Milho | 96 | 96 | 94 |
| Maracujá | 96 | 96 | 2.225 |
| Feijão | 76 | 76 | 59 |
| Coco | 59 | 59 | 284** |
| Laranja | 51 | 50 | 1.908 |
| Amendoim | 30 | 30 | 30 |
| Mamão | 29 | 29 | 517 |
| Café | 19,3 | 19,3 | 19 |
| Abacaxi | 19 | 18 | 336** |
| Guaraná | 11 | 10 | 4,4 |
| Pimenta do reino | 3,4 | 3,3 | 4,7 |
| Dendê | 3 | 3 | 12 |
| Urucum | 2,1 | 2 | 2,3 |
| Melancia | 1,7 | 1,7 | 20 |
| Batata-doce | 0,22 | 0,22 | 1,1 |
| Limão | 0,17 | 0,17 | 14 |

* Cachos; ** Mil frutos;

FONTE: PAM-IBGE *apud* e-SIC (2014).

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Constata-se uma diversidade de cultivos no município de Laje, mas a mandioca (lavoura temporária) e o cacau (lavoura permanente) são os que ocupam a maior parte da área plantada do município. Entre 1990-2012, a produção de mandioca ocupou uma área média anual de 4.154 ha produzindo, uma média, de 51.605 toneladas (ton) de raiz ao ano. O cacau, por sua vez, ocupou uma área média de 2.089 ha e produziu, em média, 913 ton de frutos por ano na série histórica (PAM-IBGE *apud* e-SIC, 2014).

Como o município de Laje se caracteriza pela especialização no cultivo da mandioca, não seria muito aventurado afirmar que esta lavoura, por utilizar bastante mão de obra nas diversas fases do processo produtivo, tem contribuído para a ocupação e permanência da população rural. A concentração da população no campo e a “vocaçãõ” na produção de mandioca contribuíram para as investidas de frações da classe dominante nessa lavoura historicamente associada ao campesinato. Todos esses dados são sugestivos e foram fundamentais para que esse município fosse objeto de intervenção da Fundação Odebrecht, através da Cooperativa Estratégica do Amido (CEA).

A CEA é um projeto de geração de renda implementado em Laje a partir de 2009. O objetivo é a produção industrial de mandioca para extração de amido, um subproduto muito utilizado em vários segmentos industriais. A escolha pelo município de Laje, como sede desse projeto, teve como critério três importantes características: a) possui uma população majoritariamente rural e que tem notório saber na lida com a mandioca; b) tem uma estrutura fundiária concentrada; c) está entre os principais produtores de mandioca do estado da Bahia.

Deduz-se, portanto, a distribuição da população, a posição do município de Laje no *ranking* dos principais produtores de mandicoa da Bahia e a existência de uma população rural com pouca ou nenhuma terra, sem que a reforma agrária seja pautada como agenda de luta, torna a população do campo lajista um alvo fácil para se integrar ao projeto da Fundação Odebrecht com a promessa de que essa população se tornará a nova classe média rural, tal exposto nas premissas estratégicas do projeto do capital.

CONSIDERAÇÕES

Para não concluir, mas para incitar uma nova etapa desse estudo, o panorama apresentado nesse texto, sobre a situação agrária do Território Vale do Jiquiriçá com foco em Laje, é uma análise geral que prosseguirá e será complementada a partir de um

trabalho empírico que ajudará a compreender como vai se dar o processo de criação de uma nova classe média rural no campo lajista tal qual propõe a Fundação Odebrecht.

Laje é um enigma que cabe ser decifrado! Mesmo que tenha apenas um “taco” (pedaço) de terra, o camponês pode ter dignidade. Esses sujeitos travam diariamente uma luta pela/na terra, seja ao permanecer ou ao trabalhar nessa terra, que muitas vezes nem é sua. Mas, infelizmente a questão agrária não vem sendo reconhecida, especialmente, por sua entidade de classe como o principal mecanismo para a relativa autonomia. Apesar e por causa disso, há uma forte tendência de aumento da concentração fundiária no município de Laje, projetada pela produção industrial de mandioca da Fundação Odebrecht, cuja marca maior tem sido a aquisição de terras.

REFERÊNCIAS

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na Educação do Campo**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2013. (Doutorado Geografia).

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **As lutas camponesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981. (Coleção Novos Dias, v. 1).

e-SIC. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Disponível em: <_>. Acesso em: 18 ago. 2104

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BAUINAIN, Antônio Márcio. *et al.* (Coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008a. p. 173-230.

_____. **Questão agrária atual, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época, v. 92).

_____. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. (Geografia: teoria e realidade).

FREITAS, Hingryd Inácio de. **A questão (da Reforma) Agrária e a Política de Desenvolvimento Territorial Rural no Litoral Sul da Bahia**. Salvador: UFBA, 2009. (Mestrado em Geografia).

GeografAR. Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária da Bahia. **Banco de Dados**. Salvador, 2011. Disponível em: <www.geografar.ufba.br>. Acesso em: 5 mai. 2012.

GERMANI, Guiomar Inez. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Ednusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da (Orgs.). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2010. p. 269-304.

_____. A questão agrária na Bahia: permanências e mudanças. In: MENDONÇA, Franciso de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (Orgs). **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p.348-370.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 7 set. 2013.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 20, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento da Bahia. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. Uma medida do crescimento urbano e rural no estado da Bahia: 1940/80. In: SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. **Cidade e região no estado da Bahia**. Salvador-BA: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991. p. 33-43.